

CONFORME O DISPOSTO NA FICHA DE INSCRIÇÃO, EXPLÍCITE:

- a) Área de inscrição: Educação
- b) Modalidade de pesquisa: Comunicação Oral
- c) Trabalho a ser apresentado de acordo com:
 - Área (escreva a área): Educação
 - Tema/modalidade de pesquisa (escreva qual): (Outro) Relato de Experiência

UM OLHAR REFLEXIVO PARA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Idalise Bernardo Bagé, Fátima Aparecida da Silva Dias, João Acácio Busquini

*Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho - UNESP – Campus Rio Claro,
Universidade Norte do Paraná – Unopar – Londrina, Faculdade Anhanguera – Sertãozinho - SP
idalisebage@hotmail.com; fatimadias.consultoria@gmail.com; joao.acacio@anhanguera.com*

Resumo

O propósito desse artigo é apresentar como uma ferramenta tecnológica, utilizada para análise dos dados alcançados em uma avaliação externa pode ser considerada como parâmetro para a reflexão das avaliações desenvolvidas internamente no processo de ensino e aprendizagem de uma escola. Os dados da avaliação externa utilizados foram do IDESP – Índice de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e o recurso tecnológico foi a Plataforma Foco Aprendizagem da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Foram apresentados alguns recursos disponíveis na ferramenta e exposto a análise a partir dos dados do IDESP, com base na evolução histórica do desempenho e fluxo de uma escola. Para discorrer sobre o tema avaliação referiu-se a autores como Luckesi, Rabelo e Araújo e Both e a legislação vigente na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Os resultados da análise evidenciaram que a plataforma possibilita o estudo, discussão e reflexão pela equipe escolar dos dados e a partir desse estudo replanejar ações de avaliação.

Palavras-chave: Avaliação. Plataforma Tecnológica. Análise de Dados. Reprovação.

Abstract

The purpose of this paper is to present as a technological tool, used to analyze of the data obtained in an external evaluation can be considered as parameter for the reflection of the evaluations developed internally in the teaching and learning process of a school. The external evaluation data used were from IDESP - São Paulo State Development Rate and the technological resource was the Foco Aprendizagem Secretary of Education Platform by State of São Paulo. Some of the available resources were presented in the tool and exposed to the analysis based on IDESP data, based on the historical evolution of the performance and flow of the school. To discuss the subject of evaluation, he referred to authors such as Luckesi, Rabelo and Araújo, Both and the legislation in force in the State of São Paulo's Secretariat of Education. The results of the analysis showed that the platform allows for the study, discussion and reflection by the school staff of the data and from that study replanning evaluation actions.

Keywords: Evaluation. Technological Platform. Data Analysis. Disapproval.

INTRODUÇÃO

Refletir em relação ao tema avaliação é de extrema importância para o processo educacional, pois estamos diante de um cenário no qual ocorrem muitas reprovações, o que resulta no abandono de um número significativo de estudantes durante a Educação Básica. Esse panorama nos leva à algumas indagações, como por exemplo, qual o significado de avaliação está sendo utilizado no cotidiano escolar?

Nos últimos anos foram instituídos dois tipos de avaliações no processo de ensino e aprendizagem: a avaliação interna e avaliação externa. A primeira é realizada pelos professores no desenvolvimento de sua prática em sala de aula e, a segunda, conhecida como avaliação em larga escala, apresenta alguns parâmetros referentes a instituição de ensino. Mas será que esses dois tipos de avaliações podem ser tratados de modo independentes ou uma pode subsidiar a outra?

O propósito desse artigo é apresentar como uma ferramenta tecnológica, utilizada para análise dos dados de uma avaliação externa pode ser considerada como parâmetro para a reflexão das avaliações desenvolvidas internamente no processo de ensino e aprendizagem de uma escola.

Utilizou-se os dados do IDESP – Índice de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, disponíveis em uma plataforma digital da Secretaria da Educação também do Estado de São Paulo.

Na seção a seguir apresenta-se os estudos e pesquisas de autores que discutem o tema avaliação.

1.1 O contexto da avaliação

Avaliar é um processo amplo que vai além da correção de provas, trabalhos e atribuição de notas. O processo de avaliação tem a finalidade de favorecer e criar meios para facilitar a aprendizagem, apontando o que precisa ser resgatado para o aluno avançar. Além disso, pode contribuir no desenvolvimento escolar e pessoal do aluno, em uma determinada área do conhecimento, bem como auxiliar a unidade escolar como um todo.

O autor Both (2012, p. 22) associa a avaliação a um dos lados de um triângulo, que se sustenta com os outros dois, que são a aprendizagem e o ensino, sendo que “[...] cada um dos lados possui igual representatividade acadêmica, com vistas à melhoria do desempenho educacional”.

Ao remeter ao processo de avaliação utilizado atualmente em algumas escolas, percebe-se que

a metáfora do autor nem sempre é compreendida dessa maneira, por muitas vezes a avaliação escolar ainda é entendida como um ato de punição dos alunos.

Essa conotação de poder foi apontada por Luckesi, pesquisador sobre o tema, em sua tese de doutorado defendida em 1995, em que na época descreveu os diferentes significados da avaliação da aprendizagem. Para Luckesi (1995, p.5) “[...]a avaliação tem por objetivo verificar a qualidade da aprendizagem do aluno, subsidiando o seu processo de construção”. Entretanto o autor afirma que, o objetivo da avaliação perpassa essa função específica, pois está inserida no campo das significações dentre elas a política, sendo nessa última ocupando o sentido de poder.

Décadas depois Luckesi (2012) escreve outro texto sobre avaliação, mas estabelecendo o contexto da ótica operacional, em que compreende o ato de avaliar como um meio de acompanhar a qualidade do rumo de uma ação e, caso necessário, fazer intervenções. Para o autor:

A avaliação nessa perspectiva, é uma aliada necessária do projeto e de sua gestão, enquanto recurso que investiga a qualidade dos resultados que estão sendo obtidos com os investimentos realizados e, se necessário, subsidiando correções de rumo (LUCKESI, 2012, p. 434).

Para Rabelo e Araújo (2015, p. 444), a avaliação é uma trama de significados que vai além da ordem qualitativa ou quantitativa, pois envolve a complexidade dos envolvidos, quem avalia quem, e, o quê está sendo avaliado. A autora destaca que o processo avaliativo tem um compromisso,

[...] além dos produtos da educação e da classificação meritocrática de alunos, cursos, instituições, mas, principalmente, um processo com características educativas, pedagógicas, psicológicas, que deve ocupar-se da investigação acerca da formação humana e da construção da cidadania [...]

Se o significado da avaliação inclui a formação humana e construção da cidadania, qual concepção de Educação está presente nas escolas com altos índices de reprovação?

Luckesi (2005) explicita que a atual prática da avaliação se configurou com a função de classificar e não diagnosticar, aplicando as médias de aprovação e reprovação. E complementa afirmando que quando o aluno é classificado em um nível inferior, nada é feito para que ele avance e saia desta situação.

Para Both (1992a, apud 2017, p. 34), algumas formas de avaliação não conseguem identificar o nível de desempenho, nem o nível de apreensão da aprendizagem dos alunos, pois:

Fórmulas aritméticas utilizadas para obtenção de médias podem ser entendidas como liquidificadores apuradores da aprendizagem. São depositadas notas e/ou médias dentro de uma fórmula (liquidificador), é realizada a operação (trituração), e está obtido o resultado como valor médio.

Para o mesmo autor, a utilização desse tipo de prática para obtenção da avaliação de aprendizagem, gera três tipos de injustiças que são: o “Rebaixamento do nível” de conhecimento elevado, pois para ele, há uma desvalorização do conhecimento ao compartilhar um nota de valor elevado com uma de menor valor; “Supervalorização do baixo nível” de conhecimento, referindo ao oposto do item anterior, pois uma nota de baixo valor adquirida na avaliação ser compartilhada com uma de maior valor e, por fim, o “Valor médio do aluno” em conhecimento, o que o autor se refere ao cálculo do conhecimento médio do aluno. (BOTH, 1997a, apud, 2017)

Em relação ao aspecto legislativo envolvendo a avaliação, recentemente foi publicada no Estado de São Paulo, a Deliberação do Conselho Estadual da Educação (Deliberação CEE nº 155/2017) a qual dispõe sobre a avaliação de alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo. Nesse documento, o processo de avaliação escolar é descrito no artigo 17:

Art. 17 A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, com vistas a:

a) identificar potencialidades e dificuldades de aprendizagem e detectar problemas de ensino;

b) subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir de modo imediato e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente;

II – utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando;

III – fazer prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de provas finais, quando essas ocorrerem, tal como determina a alínea “a” do inciso V do art. 24 da Lei nº 9.394/96.

A referência feita ao artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) é relativa a importância da prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, além de considerar a avaliação como um processo contínuo e acumulativo.

Assim a avaliação, nesse documento, expressa um caráter formativo, sendo a avaliação um processo de reflexão sobre as dificuldades, avanços e limites dos alunos e também em relação a prática pedagógica desenvolvida em sala de aula.

Não se trata de culpabilizar a ação pedagógica e sim, analisar os dados apontados nas avaliações realizadas pelos alunos e refletir sobre o objetivo estabelecido na proposta pedagógica da escola e, o que poderá ser realizado para atingir o planejado.

Como parte integrante da Deliberação CEE nº 155/2017, encontra-se a Indicação CEE nº 161/2017. Nessa é apresentado alguns aspectos, como por exemplo, a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem e o processo de aprendizagem deve ser avaliado como um todo, e não ser transformado em um mero cálculo matemático. Tal deliberação descreve que a avaliação integra o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo a avaliação como indissociável desse processo, sendo ela um elemento integrador.

Outro aspecto apontado na Indicação CEE nº 161/2017, se refere a afirmação equivocada do uso da expressão “avaliação do aluno”, o que indica que a comunidade escolar refere-se a avaliação como instrumento para verificar até que ponto o aluno atingiu os objetivos, deixando assim de considerar a finalidade básica do processo que é oferecer informações aos professores e equipe escolar sobre até que ponto a atuação docente viabiliza o alcance dos resultados esperados e, o que precisa ser revisto, para que as aprendizagens planejadas sejam atingidas de fato.

A Indicação CEE nº 161/2017, descreve também a importância da avaliação escolar assumir a sua função pedagógica, pois ao avaliar as aprendizagens dos alunos, deve-se considerar o aspecto qualitativo da avaliação, ou seja, como e até que ponto o aluno aprendeu e, como ainda pode aprender, e não apenas sob o ponto de vista quantitativo, que é avaliar o que aprendeu e o que não aprendeu.

Nesse contexto, os horários de aulas destinados ao trabalho pedagógico coletivo (ATPC), devem ser utilizados como espaço de formação e reflexão sobre os aspectos avaliativos da unidade escolar e ainda, em relação a concepção de avaliação. Assim, discutir os dados alcançados pela escola, como o número de reprovações, de abandono dos alunos, pode subsidiar

a unidade escolar a propor ações que objetivam a correção dos rumos, possibilitando assim, atingir o objetivo principal da educação, que é a qualidade da aprendizagem dos alunos.

Além da ATPC, o entendimento do papel do Conselho de Classe/Série, como um colegiado participativo, com a presença de alunos, sendo esse colegiado responsável pelo acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem, refletindo e discutindo sobre as práticas curriculares presentes em sala de aula. Segundo o disposto na Indicação CEE nº 161/2017, “[...] Cabe ao Colegiado verificar e refletir se essas práticas estão adequadas e se promovem o desenvolvimento individual dos alunos e da classe como um todo” (CEE, 2017, p. 21).

Na próxima seção será apresentada uma ferramenta tecnológica que pode favorecer a análise e interpretação da aprendizagem dos alunos.

1.2 O uso da tecnologia a favor da avaliação

Ao descrever a importância da avaliação para a equipe escolar, não se deve deixar de incluir os gestores e sua contribuição no fomento da análise dos dados da escola. Assim, conhecer as ferramentas disponíveis sobre o processo de aprendizagem da escola em que dirige é fundamental para os gestores escolares. Para Luck (2013, p. 33), “[...] monitorar e avaliar, são práticas inerentes à gestão, e que o tempo dedicado a essas funções, constitui-se em maior garantia da realização dos objetivos educacionais propostos”. A autora destaca o propósito do monitoramento e da avaliação que é:

[...] o de produzir conhecimentos claros e objetivos sobre as necessidades e demandas educacionais, assim como sobre os seus processos e contribuições que devem ser compartilhados, de modo a gerar ambiente de crescimento e desenvolvimento que emancipa a todos os envolvidos pela ação crítica e reflexiva assumida coletivamente (LUCK, 2013, p. 34).

Assim, interpretar os dados da escola, como os níveis de aprendizagem dos alunos, não é tarefa apenas do professor, e sim de toda equipe escolar, de modo a planejar as ações de melhoria para que os objetivos propostos sejam atingidos.

Para favorecer a interpretação dos dados da escola, foi implementada na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE/SP, uma plataforma denominada Foco Aprendizagem que tem a finalidade de auxiliar a equipe escolar analisar os dados, além de apresentar a evolução

histórica em relação ao desempenho no IDESP e os dados de aprovação e reprovação desses alunos.

A plataforma Foco Aprendizagem está disponível para a equipe gestora, docentes da unidade escolar, Professores Coordenadores e Supervisores de Ensino atuantes nas Diretorias de Ensino. O professor por meio de acesso pessoal no site da Secretaria Digital, consegue obter os dados relativos a escola e também das suas turmas. As figuras 1 e 2 a seguir apresentam a plataforma Foco Aprendizagem:

Figura 1 - Tela inicial da plataforma Foco Aprendizagem



Figura 2 - Menu lateral da Foco Aprendizagem



A figura 2 apresenta as opções dos resultados disponíveis na plataforma Foco Aprendizagem. Dentre as opções disponíveis na ferramenta, estão a possibilidade de análise do desempenho dos alunos, bem como do fluxo escolar. Para este artigo, daremos foco nos resultados do IDESP de uma escola e análise do seu fluxo. A identificação da unidade escolar será preservada e utilizaremos o pseudônimo, nomeando-a de Escola A. Para subsidiar a análise foi utilizada a opção IDESP, disponível no menu de ferramentas e SIMULADOR da Foco Aprendizagem. Em relação ao IDESP, a figura 3 a seguir apresenta os dados obtidos pela Escola A:

Figura 3 - IDESP da Escola A

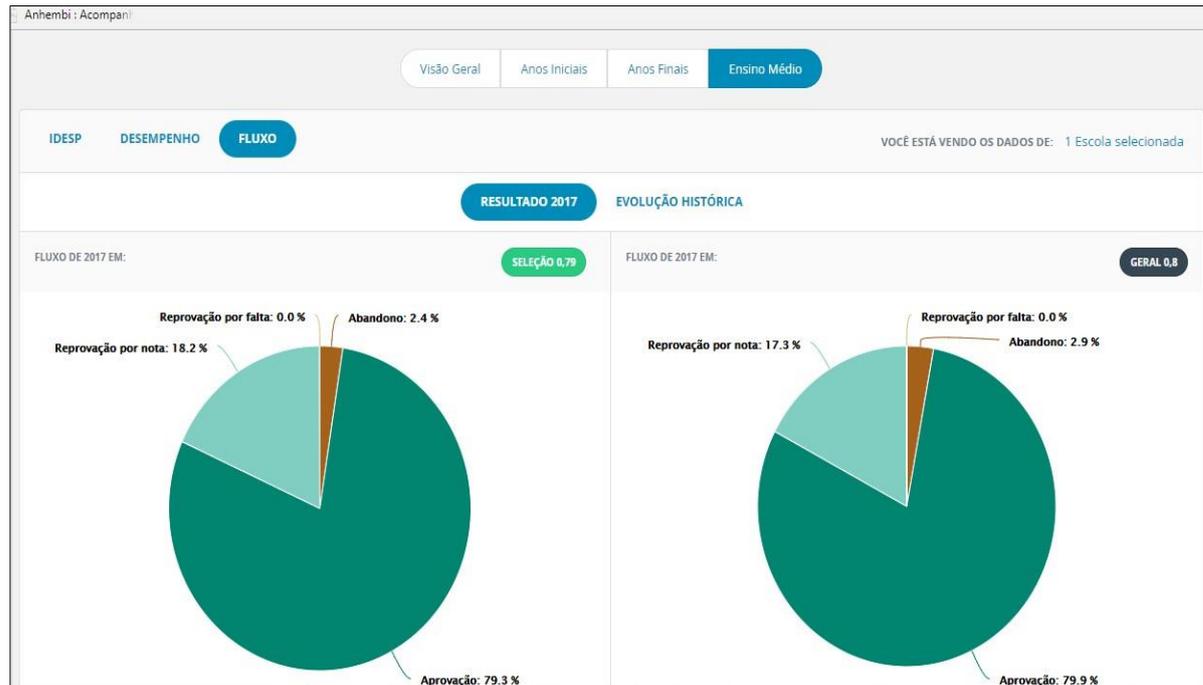


Na figura 3, a linha com a cor azul claro, representa os dados obtidos pela Escola A e a linha azul escuro, a média de todas as escolas da Diretoria de Ensino em que a escola pertence. Pode-se analisar os dados por segmento de ensino, ou seja, ensino fundamental ou médio. Os dados apresentados são referentes ao Ensino Médio.

Observa-se que no período de 2012 a 2014, a escola decaiu nos seus dados, chegando a não atingir a média em 2014. Porém, no período de 2014 a 2016 apresentou um crescimento em seu desempenho que volta a decair no ano de 2017. Com essas informações, a equipe escolar pode refletir sobre as ações desenvolvidas que levaram a escola avançar de 2014 a 2016 e o que contribuiu para que, em 2017, o índice voltasse a decrescer.

Para isso é importante analisar o fluxo da escola calculado com base em três aspectos: reprovação por nota, reprovação por falta e abandono. A figura 4, a seguir, apresenta o fluxo da Escola A:

Figura 4 - Dados do Fluxo da Escola A



Na figura 4, o gráfico da esquerda representa os dados de fluxo da Escola A referente ao Ensino Médio e o da direita, a média dos resultados gerais de todas as escolas da Diretoria de Ensino. O gráfico mostra da esquerda para direita os índices: “Reprovação por nota”, “Reprovação por falta”, “Abandono”.

Observa-se que em no item reprovação por nota (18,2%), a escola apresenta valor superior ao resultados gerais das demais escolas. Sendo assim, é importante que a equipe escolar interprete esses dados e reflita sobre quais os aspectos que contribuíram para a porcentagem elevada de reprovação. Para isso poderá também analisar os dados de reprovação da escola nos últimos anos, utilizando a opção SIMULADOR. A figura 5, a seguir, apresenta o histórico do fluxo da Escola A, por meio do SIMULADOR:

Figura 5 - Histórico do Fluxo

FLUXO						Evolução do Fluxo	Composição do Fluxo
Ano	Estudantes Matriculados	Reprovados por nota	Reprovados por falta	Abandono	Indicador		
-	0	0	0	0	0		
2017	696	127	0	17	0,7931		
2016	639	115	57	33	0,6792		
2015	748	216	9	82	0,5896		

● Urgente ● Atenção ● Adequado

Na opção SIMULADOR, além da evolução do fluxo é apresentado também o cálculo do IDESP, obtido pelo produto do desempenho pelo fluxo. No entanto, destacamos apenas o objeto de análise deste artigo que é a reprovação. A reprovação por nota equivale ao número total de aluno retidos nos diferentes componentes curriculares. Observa-se que a Escola A teve um aumento no número de reprovação por nota em 2017, apesar do seu fluxo ser sinalizado com a cor verde correspondente ao adequado. O valor máximo do fluxo é 1, e a Escola A obteve 0,7931. Nos anos anteriores o seu fluxo estava sinalizado com a cor amarela, que indica atenção aos dados. Apesar do aumento no fluxo, é fundamental a equipe escolar refletir sobre a quantidade de alunos reprovados e o que está levando a reprovação e abandono e ainda, pensar em ações para reverter esse cenário. Assim, a análise conjunta dos dados, inclusive com os alunos, poderá contribuir na discussão das causas e melhorias possíveis, objetivando o avanço da escola, não somente nos resultados, mas também em ações que favoreçam sua progressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo foi apresentado um caminho para análise dos dados da escola por meio de uma ferramenta tecnológica. Partiu-se dos dados obtidos na avaliação externa, que é o IDESP, e chegou-se a análise do número de reprovação referente as avaliações realizadas internamente na escola. Verificou-se que a plataforma Foco Aprendizagem auxilia na análise dos dados que pode ser realizada pelo próprio grupo gestor da unidade escolar, bem como possibilita o estudo, a discussão e a reflexão com toda a equipe escolar dos resultados e motivos que levaram a esses dados. A partir desse estudo, a equipe escolar pode repensar o objetivo da escola em sua

proposta pedagógica e definir quais ações podem ser implementadas para que o objetivo principal seja atingido, que é o avanço na aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

- BOTH, I. J. **Avaliação Planejada, aprendizagem consentida**: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 2. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. 213 p.
- BOTH, I. J. **Avaliação**: “voz da consciência” da aprendizagem. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2012. 245 p.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- LUCK, H. **Avaliação e Monitoramento do trabalho educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 189 p.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1995, 1995. 180 p.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 180 p.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem na Escola**: reelaborando conceitos e criando a prática. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005. 115 p.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem na Escola. In: LIBÂNEO, J.C.; ALVES, N. **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 19, p. 433-451.
- RABELO, M. L.; ARAÚJO, C. M. D.; PERSSON, P. B. Chaos in cardiovascular system: an update. *Cardiovasc. Res.*, Amsterdam, v. 40, M. **Avaliação Educacional**: abordagem por competências. *Avaliação*, Campinas, v.20, n. 2, 2015. p. 443-466.
- SÃO PAULO. Deliberação CEE nº 155, de 05 de julho de 2017. Dispõe sobre **avaliação de alunos da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas**. São Paulo, SP, Disponível em: <<<http://iage.fclar.unesp.br/ceesp/textos/2017/673-88-Delib-155-17-Indic-161-17.pdf>>> Acesso em 31/01/2018.